Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, na Bahia e em Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, tem uma planta industrial na cidade de Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul, que desenvolve internamente as matrizes para a produção de calçados. As instalações, em todas estas plantas industriais, são dotadas de equipamentos de última geração.

A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grendene S.A. foram aprovadas em reunião de diretoria executiva realizada em 26 de janeiro de 2012.

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n° 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Não há em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

Certas transações das demonstrações do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram reclassificadas em relação às originalmente publicadas para melhor comparabilidade com a classificação adotada em 2011. Desta forma a companhia está reapresentando estas demonstrações de fluxo de caixa.

	2010					
	Controlad	lora	Consolid	dado		
	Reapresentação	Original	Reapresentação	Original		
Atividade operacional	259.326	338.899	246.930	326.231		
Atividade de investimento	(171.578)	(35.813)	(163.512)	(33.020)		
Atividade de financiamento	(73.761)	(64.039)	(66.887)	(56.844)		
	13.987	239.047	16.531	236.367		

2009					
Controla	dora	Consolidado			
Reapresentação	Original	Reapresentação	Original		
183.063	270.757	163.086	250.956		
31.967	(35.094)	47.726	(35.385)		
(222.148)	(218.788)	(224.573)	(221.010)		
(7.118)	16.875	(13.761)	(5.439)		
	Reapresentação 183.063 31.967 (222.148)	Controladora Reapresentação Original 183.063 270.757 31.967 (35.094) (222.148) (218.788)	Controladora Consolia Reapresentação Original Reapresentação 183.063 270.757 163.086 31.967 (35.094) 47.726 (222.148) (218.788) (224.573)		

2000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações
 - c.1) Normas e interpretações de normas vigentes

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2011. Estes não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigência de Divulgação par a Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o beneficio de tal pagamento antecipado como ativo.
- c.2) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir listamos as normas que serão efetivas a partir dos exercícios fiscais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2012 e 2013:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>
 Continuação
 - c.2) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IAS 12 Imposto de Renda Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
 - IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
 - IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) –
 Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece
 no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de
 controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em
 separado. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar
 se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações
 financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não
 espera impactos relevantes.
 - IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A administração não espera impactos às demonstrações consolidadas tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>Continuação
 - c.2) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e Mensuração A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
 - IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a atividade relevante). A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- c) <u>Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações-</u>Continuação
 - c.2) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements") Descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional linha a linha de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. A administração não espera impactos às demonstrações consolidadas tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.
 - IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
 - IFRS 13 Mensuração do valor justo Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	País	Participação Direta (2011 e 2010)
Saddle Corporation S.A.*	Uruguai	100%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%
Grendene Argentina S.A.	Argentina	95%
Grendene USA, Inc	ŬSA	100%

^{*} As operações da Saddle Corporation S.A. foram encerradas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 10 de dezembro de 2010.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas:
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação
 - b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda U\$ Dólar e Peso Argentina são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - c.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - c.1) Ativos financeiros--Continuação
 - d) <u>Disponíveis para venda</u>: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1a., c.1b. e c.1c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contra partida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - c.2) Passivos financeiros--Continuação
 - b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c.3) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos derivativos e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 17. b.

c.4) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 5).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 6.

g) Provisão para descontos por pontualidade

É constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contra partida registrada à rubrica de deduções de vendas.

h) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido dos custos incorridos para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

i) <u>Investimentos</u>

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

j) <u>Imobilizado</u>

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a Deliberação CVM 639 que aprovou o CPC 01 (R1) – Redução do Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

k) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

I) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidálo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

m.1) Impostos sobre a venda

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Contribuição para Seguridade Social	1,50%

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

m.2) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

m) Tributação -- Continuação

m.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo e passivo sobre diferenças temporárias é constituída a medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

n) <u>Subvenções governamentais para investimentos</u>

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 12).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

o) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do grupo do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído é demonstrado na Nota 14.g.

p) Informações por segmento

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo, como divulgado na Nota 23.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

q) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

s) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

t) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

u) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Controladora		Consolidado	
2011	2010	2011	2010
2.728	6.192	5.796	7.248
48.400	34.837	55.722	40.048
51.128	41.029	61.518	47.296
344.429	578.750	344.429	578.750
509.633	404.680	509.633	404.680
854.062	983.430	854.062	983.430
905.190	1.024.459	915.580	1.030.726
	2.728 48.400 51.128 344.429 509.633 854.062	2011 2010 2.728 6.192 48.400 34.837 51.128 41.029 344.429 578.750 509.633 404.680 854.062 983.430	2011 2010 2011 2.728 6.192 5.796 48.400 34.837 55.722 51.128 41.029 61.518 344.429 578.750 344.429 509.633 404.680 509.633 854.062 983.430 854.062

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes a caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

As aplicações financeiras são classificadas em "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Conso	lidado
	2011	2010	2011	2010
Títulos a vencer	619.193	528.761	616.564	536.153
Títulos vencidos até 30 dias	29.304	20.679	32.244	22.484
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.929	3.293	5.269	4.480
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	2.419	1.009	2.492	1.039
Títulos vencidos há mais de 91 dias	36.828	6.276	22.582	6.608
	692.673	560.018	679.151	570.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.285)	(2.342)	(16.458)	(2.483)
Provisão para descontos por pontualidade	(28.778)	(23.794)	(29.231)	(23.981)
Ajustes a valor presente – AVP	(8.245)	(6.205)	(8.876)	(6.843)
	639.365	527.677	624.586	537.457

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os prazos médio de recebimento para o mercado interno são de 93 e 88 dias respectivamente, e para o mercado externo 79 e 80 dias, respectivamente.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	201	1	2010	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Títulos a vencer	619.193	-	528.761	-
Títulos vencidos até 30 dias	29.304	-	20.679	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.929	(3)	3.293	(1)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	2.419	(12)	1.009	(8)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	36.828	(16.270)	6.276	(2.333)
	692.673	(16.285)	560.018	(2.342)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	Consolidado			
	201	1	2010	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Títulos a vencer	616.564	-	536.153	-
Títulos vencidos até 30 dias	32.244	-	22.484	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	5.269	(3)	4.480	(1)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	2.492	(12)	1.039	(8)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.582	(16.443)	6.608	(2.474)
	679.151	(16.458)	570.764	(2.483)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início do exercício	(2.342)	(5.158)	(2.483)	(5.346)
Adições	(16.205)	(2.343)	(16.369)	(2.563)
Recuperações/ realizações	2.262	5.159	2.413	5.423
Variação cambial	-	-	(19)	3
Saldo no final do exercício	(16.285)	(2.342)	(16.458)	(2.483)

A movimentação da provisão para desconto pontualidade, está demonstrada a seguir:

	Controla	Controladora		lidado
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início do exercício	(23.794)	(26.800)	(23.981)	(27.407)
Adições	(14.796)	(12.554)	(15.123)	(12.618)
Recuperações/ realizações	9.812	15.560	9.873	16.044
Saldo no final do exercício	(28.778)	(23.794)	(29.231)	(23.981)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Calandar	05.445	22.040	47 407	22.047
Calçados	25.445	22.940	47.497	33.917
Componentes	27.699	33.363	28.161	33.979
Matérias primas	39.651	48.235	39.836	48.484
Materiais de embalagem	8.444	13.570	8.789	13.700
Materiais intermediários e diversos	17.730	17.376	17.847	17.482
Mercadoria para revenda	207	321	207	321
Adiantamentos a fornecedores	3.118	2.936	3.118	2.942
Importação em andamento	1.730	738	1.730	738
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	(2.963)	(2.372)	(3.073)	(2.527)
	121.061	137.107	144.112	149.036

A movimentação da provisão para ajuste dos estoques obsoletos, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início do exercício	(2.372)	(1.885)	(2.527)	(1.885)
Adições	(983)	(1.005)	(1.191)	(1.242)
Recuperações/ realizações	392	518	661	594
Variação cambial	-	-	(16)	6
Saldo no final do exercício	(2.963)	(2.372)	(3.073)	(2.527)

8. Créditos tributários

	Control	adora	Consol	idado
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	4.746	4.111	6.975	5.533
Imposto de renda retido na fonte	5.073	2.485	5.167	2.486
IPI a recuperar	314	3.101	315	3.101
ICMS a recuperar	6.311	5.109	10.013	7.488
PIS a recuperar	52	2	131	27
COFINS a recuperar	739	776	1.104	888
INSS a recuperar	10	40	10	40
	17.245	15.624	23.715	19.563
(-) Total ativo circulante	(16.793)	(14.924)	(23.263)	(18.863)
Total do ativo não circulante	452	700	452	700

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

8. Créditos tributários--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

b) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

c) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

d) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

9. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controla	adora	Consoli	lidado	
	2011	2010	2011	2010	
Empresas controladas	32.450	30.696	-	-	
Lucros não realizados em controladas Outros investimentos	(2.979) 1.670	- 877	1.670	- 877	
	31.141	31.573	1.670	877	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

Controladas

2011)10
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital	Equivalência patrimonial	Investimento	Equivalência patrimonial	Investimento
Saddle Corporation S.A* Grendene Argentina S.A. MHL Calçados Ltda. Grendene USA, Inc.	5.650 3.320 1.461	7.760 11.337 13.741	102 803 (844)	100,00% 95,00% 99,998% 100,00%	97 803 (844) 56	7.372 11.337 13.741 32.450	(5.087) 1.294 4.228 2.283 2.718	7.104 10.534 13.058 30.696

^{*} As operações da Saddle Corporation S.A. foram encerradas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 10 de dezembro de 2010.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Control	ladora	Consol	idado
	2011	2010	2011	2010
Saldos no início do exercício	31.573	36.590	877	873
Adições	793	3.012	793	4
Baixa	-	(271)	-	-
Dividendos recebidos	-	(9.805)	-	-
Equivalência patrimonial	(1.414)	2.718	-	-
Ajustes ganho/perda da conversão da moeda	1.698	(671)	-	-
Reversão dos lucros não realizados nos estoques	(1.509)	` -	-	-
Saldos no final do exercício	31.141	31.573	1.670	877

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado

				Controla	dora			
				2011				
		Máguinas		Equipamento s de		Imobilizado		
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	processamento de dados	Ferramentas	em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	151.522	221.662	9.211	17.268	2.795	3.049	4.211	409.718
Aquisições	593	16.198	1.307	1.603	409	9.465	2.497	32.072
Baixas	(299)	(3.938)	(23)	(1.553)	(21)	(300)	(107)	(6.241)
Transferências	1.789	6.860	31	136	195	(8.256)	(755)	-
Saldo em 31/12/2011	153.605	240.782	10.526	17.454	3.378	3.958	5.846	435.549
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2010	(68.211)	(140.141)	(4.937)	(12.193)	(1.975)	-	(2.856)	(230.313)
Depreciação	(5.463)	(16.166)	(788)	(1.624)	(315)	-	(458)	(24.814)
Baixas	153	3.420	9	1.490	2	-	76	5.150
Transferências		(35)	39	34	(38)	-	-	
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(152.922)	(5.677)	(12.293)	(2.326)	-	(3.238)	(249.977)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2010	83.311	81.521	4.274	5.075	820	3.049	1.355	179.405
Saldo em 31/12/2011	80.084	87.860	4.849	5.161	1.052	3.958	2.608	185.572
				Controla	idora			
				2010				
		Máguinas		2010 Equipamentos		Imobilizado		
	Terrenos	Máquinas equipamentos	Móveis e	2010 Equipamentos de processamento)	Imobilizado em	Outres	Tatal
Custo do imobilizado	e prédios	equipamentos e instalações	utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009	e prédios 148.720	equipamentos e instalações 203.128	utensílios 8.193	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas 2.644	em andamento 2.979	3.573	385.812
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições	e prédios 148.720 354	equipamentos e instalações 203.128 14.834	utensílios 8.193 981	Equipamentos de processamento de dados 16.575	Ferramentas 2.644 160	em andamento 2.979 8.391	3.573 2.442	385.812 28.395
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas	e prédios 148.720 354 (315)	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504)	8.193 981 (86)	Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565)	2.644 160 (4)	em andamento 2.979 8.391 (881)	3.573 2.442 (134)	385.812
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências	e prédios 148.720 354 (315) 2.763	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204	8.193 981 (86) 123	Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25	2.644 160 (4) (5)	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670)	385.812 28.395 (4.489)
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas	e prédios 148.720 354 (315)	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504)	8.193 981 (86)	Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565)	2.644 160 (4)	em andamento 2.979 8.391 (881)	3.573 2.442 (134)	385.812 28.395
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências	e prédios 148.720 354 (315) 2.763	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204	8.193 981 (86) 123	Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25	2.644 160 (4) (5)	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670)	385.812 28.395 (4.489)
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação	e prédios 148.720 354 (315) 2.763	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204	8.193 981 (86) 123	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268	2.644 160 (4) (5)	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670)	385.812 28.395 (4.489)
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662	8.193 981 (86) 123 9.211	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211	385.812 28.395 (4.489) - 409.718
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2009	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522 (62.982)	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662	8.193 981 (86) 123 9.211 (4.289)	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211	385.812 28.395 (4.489) - 409.718
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2009 Depreciação	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522 (62.982) (5.340)	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662 (125.801) (16.057)	utensílios 8.193 981 (86) 123 9.211 (4.289) (743)	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268 (11.739) (1.497) 548	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211 (2.304) (585)	385.812 28.395 (4.489) - 409.718 (208.792) (24.522)
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2009 Depreciação Baixas	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522 (62.982) (5.340)	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662 (125.801) (16.057) 2.220	utensílios 8.193 981 (86) 123 9.211 (4.289) (743) 82	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268 (11.739) (1.497) 548 495	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795 (1.677) (300)	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211 (2.304) (585) 40	385.812 28.395 (4.489) - 409.718 (208.792) (24.522)
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2009 Depreciação Baixas Transferências	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522 (62.982) (5.340) 111	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662 (125.801) (16.057) 2.220 (503)	utensílios 8.193 981 (86) 123 9.211 (4.289) (743) 82 13	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268 (11.739) (1.497) 548 495	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795 (1.677) (300) - 2	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211 (2.304) (585) 40 (7)	385.812 28.395 (4.489) - 409.718 (208.792) (24.522) 3.001
Custo do imobilizado Saldo em 31/12/2009 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2009 Depreciação Baixas Transferências Saldo em 31/12/2010	e prédios 148.720 354 (315) 2.763 151.522 (62.982) (5.340) 111	equipamentos e instalações 203.128 14.834 (2.504) 6.204 221.662 (125.801) (16.057) 2.220 (503)	utensílios 8.193 981 (86) 123 9.211 (4.289) (743) 82 13	2010 Equipamentos de processamento de dados 16.575 1.233 (565) 25 17.268 (11.739) (1.497) 548 495 (12.193)	Ferramentas 2.644 160 (4) (5) 2.795 (1.677) (300) - 2	em andamento 2.979 8.391 (881) (7.440)	3.573 2.442 (134) (1.670) 4.211 (2.304) (585) 40 (7)	385.812 28.395 (4.489) - 409.718 (208.792) (24.522) 3.001

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

_				
Can	nsol	llα	ลด	റ

				2011				
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	151.522	224.622	9.700	17.853	2.806	3.049	4.242	413.794
Aquisições	593	19.877	1.579	1.625	410	9.465	2.497	36.046
Baixas	(299)	(4.071)	(23)	(1.580)	(21)	(300)	(107)	(6.401)
Transferências	1.789	6.860	31	136	195	(8.256)	(755)	-
Variação cambial		233	89	49	-	-	4	375
Saldo em 31/12/2011	153.605	247.521	11.376	18.083	3.390	3.958	5.881	443.814
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2010	(68.211)	(140.944)	(5.335)	(12.621)	(1.979)	-	(2.876)	(231.966)
Depreciação	(5.463)	(16.494)	(837)	(1.678)	(317)	-	(465)	(25.254)
Baixas	153	3.453	9	1.514	2	-	76	5.207
Transferências	-	(35)	39	34	(38)	-	-	-
Variação cambial		(1)	(50)	(42)	-	-	(2)	(95)
Saldo em 31/12/2011	(73.521)	(154.021)	(6.174)	(12.793)	(2.332)		(3.267)	(252.108)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2010	83.311	83.678	4.365	5.232	827	3.049	1.366	181.828
Saldo em 31/12/2011	80.084	93.500	5.202	5.290	1.058	3.958	2.614	191.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

				Consolid	lado				
	2010								
Custo do imobilizado	Terrenos e prédios	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total	
Saldo em 31/12/2009	148.719	205.910	8.705	17.354	2.653	2.979	3.605	389.925	
Aquisições	354	14.979	982	1.300	162	8.391	2.442	28.610	
Baixas	(315)	(2.520)	(88)	(757)	(4)	(881)	(134)	(4.699)	
Transferências	2.764	6.254	123	(26)	(5)	(7.440)	(1.670)	-	
Variação cambial	-	(1)	(22)	(18)	-	-	(1)	(42)	
Saldo em 31/12/2010	151.522	224.622	9.700	17.853	2.806	3.049	4.242	413.794	
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2009	(62.982)	(126.318)	(4.663)	(12.327)	(1.679)	-	(2.318)	(210.287)	
Depreciação	(5.340)	(16.344)	(785)	(1.546)	(302)	-	(591)	(24.908)	
Baixas	111	2.222	84	740	-	-	40	3.197	
Transferências	-	(504)	13	496	2	-	(7)	-	
Variação cambial		-	16	16	-	-	-	32	
Saldo em 31/12/2010	(68.211)	(140.944)	(5.335)	(12.621)	(1.979)	-	(2.876)	(231.966)	
Valor contábil líquido									
Saldo em 31/12/2009	85.737	79.592	4.042	5.027	974	2.979	1.287	179.638	
Saldo em 31/12/2010	83.311	83.678	4.365	5.232	827	3.049	1.366	181.828	

Taxas de depreciação

A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de
	depreciação
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Ferramentas	20%
Veículos	20%
Outros bens imobilizados	10%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

11. Intangível

			Controlad	ora		
	_		2011			
Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	17.810	10.204	2.297	780	-	31.091
Aquisições	2.166	1.108	-	-	-	3.274
Saldo em 31/12/2011	19.976	11.312	2.297	780	-	34.365
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2010	(10.871)	(6.051)	(888)	(747)	-	(18.557)
Amortização	(2.415)	(899)	(299)	(33)	-	(3.646)
Saldo em 31/12/2011	(13.286)	(6.950)	(1.187)	(780)	-	(22.203)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2010	6.939	4.153	1.409	33	-	12.534
Saldo em 31/12/2011	6.690	4.362	1.110	-	-	12.162
			Controlad	ora		
			2010			
Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2009	15.894	9.239	800	780	100	26.813
Aquisições	1.944	965	1.497	_	-	4.406
Baixa	(28)	-	-	-	(100)	(128)
Saldo em 31/12/2010	17.810	10.204	2.297	780	-	31.091
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2009	(8.673)	(5.233)	(800)	(594)	-	(15.300)
Amortização	(2.199)	(818)	(88)	(153)	_	(3.258)
Baixa	1	-	-	-	-	1
Saldo em 31/12/2010	(10.871)	(6.051)	(888)	(747)	-	(18.557)
Valor contábil líquido						
	7.221	4.006	-	186	100	11.513

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

			Consoli	dado		
			201	1		
Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	18.044	11.055	2.297	780	-	32.176
Aquisições	2.202	1.108	-	-	-	3.310
Baixa	(13)	-	-	-	-	(13)
Variação cambial	29	105	-	-	-	134
Saldo em 31/12/2011	20.262	12.268	2.297	780	-	35.607
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2010	(11.101)	(6.055)	(888)	(747)	-	(18.791)
Amortização	(2.430)	(900)	(300)	(33)	-	(3.663)
Baixa	13	-	-	-	-	13
Variação cambial	(27)	-	-		-	(27)
Saldo em 31/12/2011	(13.545)	(6.955)	(1.188)	(780)	-	(22.468)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2010	6.943	5.000	1.409	33	-	13.385
Saldo em 31/12/2011	6.717	5.313	1.109	-	-	13.139
			Consoli	dado		
			201	0		
Custo do intangível	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2009	16.166	10.128	800	780	100	27.974
Aquisições	1.944	965	1.497	-	-	4.406
Baixa	(55)	-	-	-	(100)	(155)
Variação cambial	(11)	(38)	-	-	-	(49)
Saldo em 31/12/2010	18.044	11.055	2.297	780	-	32.176
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2009	(8.936)	(5.235)	(800)	(594)	-	(15.565)
Amortização	(2.204)	(820)	(88)	(153)	-	(3.265)
Baixa	29	-	-	-	-	29
Variação cambial	10	-	-		-	10
Saldo em 31/12/2010	(11.101)	(6.055)	(888)	(747)	-	(18.791)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2009						
	7.230	4.893	-	186	100	12.409
Saldo em 31/12/2010	7.230 6.943	4.893 5.000	1.409	186 33	100	12.409 13.385

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

11. Intangível -- Continuação

A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição, usando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de amortização
Marcas e patentes	10%
Software Fundos de comércio	20% 20%
Tecnologia	20%

As despesas de amortização são registradas às rubricas de Custos dos Produtos Vendidos, Despesas Comerciais e Despesas Administrativas, na demonstração de resultado, representando, no exercício, os montantes de R\$1.068, R\$1.294 e R\$1.183, respectivamente, líquidos de crédito de PIS/COFINS.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ativos intangíveis gerados internamente.

12. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
		Taxa de				
	Indexador	juros (a.a)	2011	2010	2011	2010
Ativo fixo						
Banco do Nordeste S.A	Pré-fixado	10,00%	-	7.481	-	7.481
Banco Itaú BBA S.A.	Pré-fixado	4,50%	3.654	3.755	3.654	3.755
Capital de giro						
Banco Itaú BBA S.A.	Pré-fixado	7,00%	-	75.226	-	75.226
Banco Votorantim S.A.	Pré-fixado	7,00%	-	73.019	-	73.019
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	2,63%	31.906	-	31.906	-
Banco Itaú S.A.	Pré-fixada	14,33%	-	-	-	630
Banco Patagônia S.A.	Pesos					
	Argentina	13,50%	-	-	708	6.526
Banco Supervielle S.A.	Pré-fixada	13,75%	-	-	-	477
Banco HSBC	Dólar +	2,18%	8.255	-	8.255	-
Banco HSBC Bank Brasil S.A.	Dólar +	1,90%	24.493	1.725	24.493	1.725
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	2,23%	28.666	1.308	28.666	1.308
Total dos financiamentos						
bancários			96.974	162.514	97.682	170.147
Proapi - Provin	TJLP		12.992	11.119	12.992	11.119
Total dos empréstimos e				-		
financiamentos			109.966	173.633	110.674	181.266
(-) Total do passivo circulante			(96.843)	(158.867)	(97.551)	(166.500)
Total do passivo não circulante			13.123	14.766	13.123	14.766
		•				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e em parte pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a empresa paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado. No quadro a seguir apresentamos o prazo de vencimento deste benefício:

	Prazo de vencimento			
Sobral – CE	_			
PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Jan/2014			

No âmbito do programa Provin, os financiamentos são concedidos com base no ICMS devido, sendo os prazos do benefício e o percentual de redução, conforme abaixo indicados:

		Incentivo Provin – ICMS Diferido			
	%	Prazos de vencimento	%	Prazos de vencimento	
Sobral – CE					
PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025	
Crato – CE					
PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2022	75%	Out/2022 até Abr/2025	
Fortaleza – CE					
PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025			

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos - Proapi e Provin--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado no resultado da Companhia um valor de R\$139.102 (R\$141.603 em 2010) relativo às parcelas incentivadas desses financiamentos, no grupo de receita líquida de vendas.

Deste montante o total de R\$128.571 foi destinado ao pagamento de dividendos, conforme a política da Companhia (Nota 14.f.) sendo o restante, R\$10.531 destinado à conta de "Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2011, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$3.047 e R\$9.945 (R\$11.119 em 2010), respectivamente. Através de acordo com o Governo do Ceará, a Companhia compensou as parcelas vincendas no ano de 2011 com créditos provenientes desses financiamentos.

b) Cronograma de pagamentos

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo:

_	Parcelas de longo prazo							
Vencimentos _	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
bancários	469	469	468	468	468	468	368	3.178
Proapi	2.093	3.848	2.506	1.342	-	-	-	9.789
Provin _	-	30	-	126	-	-	-	156
Total	2.562	4.347	2.974	1.936	468	468	368	13.123

c) Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por fiança e aval dos diretores da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

13. Provisão para riscos trabalhistas

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão trabalhista, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início do exercício	3.100	2.600	3.103	2.603
Adições	-	700	-	700
Recuperações/ realizações	(100)	(200)	(100)	(200)
Saldo no final do exercício	3.000	3.100	3.003	3.103
(-) Total do passivo circulante	(1.000)	(1.100)	(1.003)	(1.103)
Total do passivo não circulante	2.000	2.000	2.000	2.000

Não há ações de risco possível e de valores relevantes, bem como não há temas de natureza fiscal ou cível, portanto não há provisão constituída destas naturezas, que requeiram divulgação. Os valores classificados no passivo circulante tem expectativa de desfecho das ações em até um ano.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada. As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustes por variação de preços no mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, cuja contrapartida é o resultado do exercício.

d) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$51.252 (R\$39.441 em 2010).

Reserva de lucros retidos

O saldo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$23.838 (R\$22.576 em 2010) refere-se a valor retido como reserva de retenção de lucros para aquisição de ações de própria emissão, com a finalidade de honrar os planos de remuneração baseados em ações.

• Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais correspondem à redução de 75% do IRPJ incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculados com base no lucro da exploração; e incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados.

	Controladora / Consolidado					
Incentivos	Saldo inicial em 2010	Incentivos gerados pela operação	Saldo final em 2011			
ICMS	276.648	11.334	287.982			
IRPJ	59.768	58.694	118.462			
	336.416	70.028	406.444			

	Co	Controladora / Consolidado				
Incentivos	Saldo inicial em 2009	Incentivos gerados pela operação	Saldo final em 2010			
ICMS	133.326	143.322	276.648			
IRPJ	26.496	33.272	59.768			
	159.822	176.594	336.416			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

- d) Reservas de lucros--Continuação
 - Incentivos fiscais--Continuação

A partir de 2011, a Companhia alterou a política de distribuição de dividendos, passando a incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas do Provin e Proapi (ICMS) na base de cálculo dos dividendos (Nota 14.f.).

e) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de ações (Nota 19), foram aprovados os programas de aquisições de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas através da Ata da 36ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de maio de 2010, e de 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas através da Ata da 40ª Reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2011, ambas, sem diminuição do capital social. A quantidade total de ações da Companhia permitida pelos dois programas, é de até 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, correspondente a 2% das ações em circulação.

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM $\rm n^0$ 10/80, os programas foram liquidados em menos de 365 dias.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	
	Ordinárias	R\$
Saldo inicial – 2010	-	-
Recompras	1.100.000	11.005
Exercício de opção de compra de ações (Nota 19)	(1.100.000)	(11.005)
Saldo Final – 2011	_	_

O custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$10,00, sendo o menor valor adquirido R\$9,14 e o maior valor adquirido R\$10,11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, calculados conforme seque:

<u> </u>	2011	2010
Lucro líquido do exercício	305.446	312.890
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07 apurado sobre exercícios anteriores	-	10.622
Resultado na venda de ações referente plano de opções	(2.819)	281
Reserva de incentivos fiscais	(69.225)	(174.371)
Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda.	(803)	(2.223)
Apropriação da reserva legal	(11.811)	(6.926)
Reversão da reserva de lucros a realizar	-	1.018
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	(1.509)
Base de cálculo dos dividendos	220.788	139.782
Proposição da administração	219.526	121.739
Percentual sobre a base de cálculo	99,4%	87,1%

Do montante proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, R\$70.615 foram pagos ao longo do próprio exercício de 2010 e o saldo de R\$51.124 foi liquidado em 26 de abril de 2011.

Em 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$132.317, sendo distribuídos R\$45.108, em 08 de junho de 2011 (representando R\$0,15 por ação), R\$26.764 em 31 de agosto de 2011 (representando R\$0,089 por ação) e R\$60.445 em 30 de novembro 2011 (representando R\$0,201 por ação).

Adicionalmente, a Administração propôs, em 31 de dezembro de 2011, o pagamento complementar de R\$87.209 (representando R\$0,29 por ação) perfazendo um dividendo total de R\$219.526, após deduções legais e estatutárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

f) <u>Dividendos</u>--Continuação

Em fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a alteração da política de distribuição de dividendos, passando a incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas do Provin e Proapi na base de cálculo dos dividendos, ainda que tenha que oferecer à tributação uma parcela dos recursos destinados a este pagamento, sem prejuízo da manutenção do integral cumprimento de todos os compromissos relativos à concessão dos incentivos fiscais.

O percentual pretendido de distribuição total dos dividendos será de aproximadamente 75% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas.

g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41/ IAS 33, lucro por ação ("Earnings per Share"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Contro	ladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Numerador					
Lucro líquido do exercício	305.446	312.890	305.446	312.399	
Denominador					
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.560.219	300.720.000	300.560.219	
Lucro básico por ação ordinária Lucro diluído por ação ordinária	1,02 1,01	1,04 1,04	-	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão registrados no passivo circulante sob a rubrica: impostos, taxas e contribuições; líquido das compensações realizadas no exercício e dos incentivos fiscais, como demonstrados a seguir:

	2011					
		Controladora				
	Imposto Contribuição		Imposto	Contribuição		
	de renda	social	Total	de renda	social	Total
Valor devido	75.261	28.419	103.680	75.126	28.431	103.557
Incentivos fiscais	(58.694)	-	(58.694)	(58.694)	-	(58.694)
	16.567	28.419	44.986	16.432	28.431	44.863
Compensações	(21.313)	(27.512)	(48.825)	(21.341)	(27.518)	(48.859)
	(4.746)	907	(3.839)	(4.909)	913	(3.996)

	2010					
		Controladora				
	Imposto Contribuição		Imposto Contribuição			
	de renda	social	Total	de renda	social	Total
Valor devido	34.814	13.233	48.047	36.964	13.458	50.422
Incentivos fiscais	(32.768)	-	(32.768)	(33.272)	-	(33.272)
	2.046	13.233	15.279	3.692	13.458	17.150
Compensações	(5.677)	(13.712)	(19.389)	(5.811)	(13.963)	(19.774)
	(3.631)	(479)	(4.110)	(2.119)	(505)	(2.624)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Classificados no ativo não circulante:				
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.286	586	4.329	621
Provisão para descontos por pontualidade	7.194	5.949	7.308	5.995
Ajustes a valor presente – AVP	2.061	1.551	2.219	1.711
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	741	593	768	632
Provisão para obrigações a pagar	1.278	1.230	1.318	1.254
Ajuste a valor de mercado – Aplicações				
financeiras	(983)	401	(983)	401
Depreciação	(1.746)	(2.742)	(1.746)	(2.742)
Prejuízo fiscal em controladas	<u>-</u>	-	915	-
Outros	1.474	629	181	637
	14.305	8.197	14.309	8.509
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.543	211	1.736	217
Provisão para descontos por pontualidade	2.590	2.142	2.631	2.158
Ajustes a valor presente – AVP	742	558	742	558
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	267	213	267	213
Provisão para obrigações a pagar	460	443	474	452
Ajuste a valor de mercado – Aplicações				
financeiras	(354)	144	(354)	144
Depreciação	(629)	(987)	(629)	(987)
Outros	531	227	70	227
	5.150	2.951	4.937	2.982
Athere a 7 a should not a	40.455	44.446	40.046	44.404
Ativo não circulante	19.455	11.148	19.246	11.491

c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	11.148	10.297	11.491	10.830
Tributos gerados no resultado do exercício Tributos gerados no patrimônio líquido	10.190 (1.883)	(1.208) 2.059	10.018 (2.263)	(1.265) 1.926
Saldo final	19.455	11.148	19.246	11.491

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	2011				
	Contro	oladora	Consolidado		
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição	
	renda	social	renda	social	
Lucro antes dos tributos	340.242	340.242	340.296	340.296	
Efeito dos ajustes no lucro por mudança de prática contábil Lei 11.638/07	(1.766)	(1.766)	(2.639)	(2.639)	
Lucro ajustado antes dos tributos	338.476	338.476	337.657	337.657	
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(84.619)	(30.463)	(84.414)	(30.389)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva Resultado de equivalência patrimonial	438	158	-	-	
Adições permanentes	(992)	(357)	(992)	(357)	
Incentivo à inovação tecnológica	11.816	4.254	11.816	4.254	
Operações Hedge/ Swap	146	52	146	52	
Efeito do recálculo depreciação	996	358	996	358	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT)	1.895	-	1.895	-	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcriança/ Desporto)	1.762		1.762		
Lucros não realizados nos estoques	745	268	745	268	
Outros	45	8	350	(29)	
Valor antes da dedução do incentivo fiscal				(23)	
IRPJ – Lei 11.638/07	(67.768)	(25.722)	(67.696)	(25.843)	
Taxa efetiva antes de considerar impactos da Lei 11.638/07	20.00/	7.60/	20.00/	7,7%	
Lei 11.638/07	20,0%	7,6%	20,0%	1,1%	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	58.694	-	58.694	-	
Valor registrado no resultado	(9.074)	(25.722)	(9.002)	(25.843)	
Total de tributos registrados ao resultado	(34.7	96)	(34.845)		
Tributos correntes	(44.9		(44.8		
Tributos diferidos	10.1	90	10.0	18	
Alíquota efetiva	10,2	2%	10,2%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	2010				
	Contro	oladora	Cons	olidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro antes dos tributos	329.377	329.377	330.882	330.882	
Efeito dos ajustes no lucro por mudança de					
prática contábil Lei 11.638/07	(135.329)	(135.329)	(137.048)	(137.048)	
Lucro ajustado antes dos tributos	194.048	194.048	193.834	193.834	
Imposto de renda e contribuição social à					
taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(48.512)	(17.464)	(48.458)	(17.445)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva					
Resultado de equivalência patrimonial	680	245	-	-	
Adições permanentes	(3.404)	(1.225)	(3.404)	(1.225)	
Incentivo à inovação tecnológica	11.069	3.985	11.069	3.985	
Operações Hedge/ Swap	426	153	426	153	
Efeito do recálculo depreciação	1.281	461	1.281	461	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT)	882	-	897	-	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ					
(Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual)	1.040	-	1.040	-	
Outros	836	292	(716)	249	
Valor antes da dedução do incentivo fiscal					
IRPJ – Lei 11.638/07	(35.702)	(13.553)	(37.865)	(13.822)	
Taxa efetiva antes de considerar impactos da					
Lei 11.638/07	18,4%	7,0%	19,5%	7,1%	
	·	- <u> </u>			
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ					
(Lucro de exploração)	32.768	-	33.272	-	
Valor registrado no resultado	(2.934)	(13.553)	(4.593)	(13.822)	
Total de tributos registrados ao resultado	(16.487)		(18.4	15)	
Tributos correntes	(15.279)		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Tributos diferidos	(1.2	,	(17.150) (1.265)		
Alíquota efetiva	5,0	%	5,6	%	
1	0,0		0,0		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consoli	dado
•	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Despesas com operações de derivativos				
cambiais – BM&F	(5.324)	(17.136)	(5.324)	(17.136)
Despesas de financiamentos	(15.038)	(10.398)	(15.038)	(10.398)
Despesas com variação cambial	(27.502)	(20.471)	(38.138)	(24.292)
Provisão/ reversão de aplicações financeiras				
exterior	-	5.221	-	5.221
Outras despesas financeiras	(3.562)	(2.883)	(4.293)	(9.328)
	(51.426)	(45.667)	(62.793)	(55.933)
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	2.869	2.007	2.883	2.036
Receitas com operações de derivativos				
cambiais – BM&F	3.939	24.781	3.939	24.781
Receitas de aplicações financeiras	128.120	92.702	128.810	92.726
Receitas com variação cambial	25.662	17.305	35.451	20.055
Ajustes a valor presente – AVP	42.122	35.615	42.122	35.615
Outras receitas financeiras	2.121	3.175	2.591	3.189
_	204.833	175.585	215.796	178.402
Resultado financeiro líquido	153.407	129.918	153.003	122.469

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- <u>Caixa e equivalentes de caixa</u> está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- Aplicações financeiras as aplicações classificadas nas categorias "mantidas até o vencimento", que são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como "disponíveis para venda" que são mensuradas ao seu valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- a) Instrumentos Financeiros -- Continuação
 - <u>Contas a receber</u> decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, desconto pontualidade e ajuste a valor presente.
 - <u>Contas a pagar</u> decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
 - Empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

	Valor contábil			
	Controla	dora	Conso	lidado
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	51.128	41.029	61.518	47.296
Aplicações financeiras	854.062	983.430	854.062	983.430
Contas a receber de clientes	639.365	527.677	624.586	537.457
Derivativos	84	582	84	582
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	109.966	173.633	110.674	181.266
Fornecedores	25.166	28.805	27.011	31.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros -- Continuação

	Valor justo				
	Controla	dora	Conso	lidado	
	2011	2010	2011	2010	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	51.128	41.029	61.518	47.296	
Aplicações financeiras	854.564	984.221	854.564	984.221	
Contas a receber de clientes	639.365	527.677	624.586	537.457	
Derivativos	84	582	84	582	
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	109.966	173.633	110.674	181.266	
Fornecedores	25.166	28.805	27.011	31.687	

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 4.c.3.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F, contratos de NDF (*Non-deliverable forwards*), contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

Nas operações de contrato de venda na BM&F e contratos de NDF (*Non-deliverable forwards*) o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- b) Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação
 - b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais--Continuação

Os limites máximos de exposição cambial líquida são compostos de: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber de câmbios a contratar; (iv) projeções de exportações de até 90 dias, menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira e (ii) importações em andamento. Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los a política de gestão de riscos da Companhia.

Não são permitidas a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos seus administradores bem como não são permitidas a utilização de instrumentos financeiros derivativos exóticos com propósito de especulação.

As operações de proteções cambiais são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. A garantia é normalmente constituída por aplicações financeiras da Companhia em CDBs e/ou títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

No quadro abaixo demonstramos nossas posições verificadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com os valores nominais e de mercado, os quais foram apurados conforme descrito na Nota 4.c.3.

Descrição	Valor de	Valor de Referência (notional)		Valor de Referência (R\$)			Saldo a Receber (Pagar)/ Valor justo		
Descrição	Moeda	2011	2010	Moeda	2011	2010	Moeda 2011	2011	2010
Contratos Futuros:									
Compromissos de Venda (NDF)									
Posição Vendida									
Moeda Estrangeira	US\$	10.000	35.000	R\$	18.800	58.576	R\$	84	582
Total	US\$	10.000	35.000	R\$	18.800	58.576	R\$	84	582

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionadas à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos

c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

Os principais passivos financeiros da Companhia, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são compostos por empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. A Companhia possui outros créditos, contas a receber, disponibilidades e investimentos de curto prazo que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, depósitos, títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

a) Risco de crédito:

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

a) Risco de crédito:--Continuação

A política de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) de uma forma diversificada em instrumentos financeiros atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

b) Risco liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A tabela a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	2011						
•	Co	ontroladora		Consolidado			
	Até um De 1 a 9			Até um	De 1 a 9	9	
	ano	anos	Total	ano	anos	Total	
						_	
Financiamento ativo fixo	476	3.178	3.654	1.184	3.178	4.362	
Capital de giro	93.320	-	93.320	93.320	-	93.320	
Financiamentos – Proapi e Provin	3.047	9.945	12.992	3.047	9.945	12.992	
	96.843	13.123	109.966	97.551	13.123	110.674	

	2010						
	Co	ntroladora		C			
	Até um De 1 a 9			Até um De 1 a 9			
	ano	anos	Total	ano	anos	Total	
Financiamento ativo fixo	7.589	3.647	11.236	7.589	3.647	11.236	
Capital de giro	151.278	-	151.278	158.911	-	158.911	
Financiamentos – Proapi e Provin	-	11.119	11.119	-	11.119	11.119	
	158.867	14.766	173.633	166.500	14.766	181.266	
-							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação
 - b) Risco liquidez:--Continuação

	2011						
•	Co	ntroladora		Consolidado Projeção incluindo juros futuros			
•	Projeçã	io incluindo futuros	o juros				
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	
Financiamento ativo fixo	630	3.666	4.296	1.346	3.666	5.012	
Capital de giro	93.639	-	93.639	93.639	-	93.639	
Financiamentos – Proapi e Provin	3.196	11.927	15.123	3.196	11.927	15.123	
·	97.465	15.593	113.058	98.181	15.593	113.774	

2010						
Co	ntroladora		Consolidado			
Projeçã	ão incluindo futuros	o juros	Projeção incluindo juros futuros			
Até um De 1 a 9			Até um	De 1 a 9		
ano	anos	Total	ano	anos	Total	
7.952	4.290	12.242	7.952	4.290	12.242	
161.059	-	161.059	168.868	-	168.868	
-	13.472	13.472	-	13.472	13.472	
169.011	17.762	186.773	176.820	17.762	194.582	
	Projeçã Até um ano 7.952 161.059	Projeção incluindo futuros Até um De 1 a 9 anos 7.952 4.290 161.059 - 13.472	Controladora Projeção incluindo juros futuros Até um ano De 1 a 9 De 1 a 9 De 1 ano Total 7.952 4.290 12.242 161.059 - 161.059 - 13.472 - 13.472 13.472	Controladora Controladora Projeçã Projeçã futuros Até um ano De 1 a 9 ano Até um ano 7.952 4.290 12.242 7.952 161.059 - 161.059 168.868 - 13.472 13.472 -	Controladora Consolidade Projeção incluindo juros futuros Projeção incluindo futuros Até um ano De 1 a 9 ano Até um ano De 1 a 9 ano 7.952 4.290 12.242 7.952 4.290 161.059 - 161.059 168.868 - - 13.472 13.472 - 13.472	

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação
 - c) Risco de mercado: -- Continuação

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$49.760, o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities, como matéria prima a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2011 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

No quadro a seguir apresentamos nossas posições em aberto em 31 de dezembro de 2011, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

		Cenário Provável		
		(Valor	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Juros aplicações financeiras	R\$	65.715	54.132	42.490
	Depreciaçã	o da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras		Prováveis	Possíveis	Remota
Referência para Receitas Financeiras CDI %		Prováveis 10,87%	Possíveis 8,15%	Remota 5,44%
•				
CDI %		10,87%	8,15%	5,44%
CDI % IPCA	R\$	10,87%	8,15%	5,44%
CDI % IPCA AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Encargos de financiamentos – Proapi e Provin	*	10,87% 6,64%	8,15% 4,98%	5,44% 3,32%
CDI % IPCA AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA	*	10,87% 6,64%	8,15% 4,98% 928	5,44% 3,32%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.3) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados

c3.1) Instrumentos de proteção cambial

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3(três) cenários para o exercício 2011, a saber:

- <u>Cenário Provável</u>: Neste cenário foi considerado que a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$1,8800.
- <u>Cenário Possível</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,3500, equivalente a 25% superior à cotação do primeiro cenário.
- <u>Cenário Remoto</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,8200, equivalente a 50% superior à taxa do primeiro cenário.

A seguir demonstramos o resumo do impacto em cada cenário projetado, para posição com vencimento em 31/01/2012.

			Cotação		
			do dólar	Valor em	
	Moeda	2011	em 2011	R\$	Impacto
Cenário Provável				_	
Compromissos de Venda (NDF)					
Posição Vendida	US\$	10.000	R\$1,8800	18.800	84
Cenário Possível - 25%					
Compromissos de Venda (NDF)					
Posição Vendida	US\$	10.000	R\$2,3500	23.500	(4.700)
Cenário Remoto - 50%					
Compromissos de Venda (NDF)					
Posição Vendida	US\$	10.000	R\$2,8200	28.200	(9.400)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.4) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da companhia, mantendo uma politica de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política economica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Em 2011 houve uma mudança na política de dividendos, contudo isto não impactou quanto aos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia adotados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Contro	oladora	Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Empréstimos e financiamentos de curto e		470.000	440.074	404.000	
longo prazos (-) Caixa e equivalentes de Caixa	109.966 (51.128)	173.633 (41.029)	110.674 (61.518)	181.266 (47.296)	
Dívida líquida	58.838	132.604	49.156	133.970	
Detrine Spie Konside	4 000 500	4.070.004	4 000 050	4.075.000	
Patrimônio líquido	1.800.563	1.676.801	1.800.952	1.675.666	
Índice de alavancagem financeira	3,3%	7,9%	2,7%	8,0%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

18. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios, a Companhia praticou as seguintes transações com as partes relacionadas:

a) Montantes dos saldos a receber e a pagar – Empresas relacionadas

	Controladora							
·		Salde	os		Transações			
	Saldos ativos por mútuo e conta corrente	Saldos passivos por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Despesas financeiras (Variação cambial)	Receitas financeiras (variação cambial)
Controladas Grendene USA, Inc. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	-	-	5.753 3.616	2.273 5.726	7.291 7.997	1.032 2.644	1.895 1.752	1.273 1.986
Grendene Argentina S.A. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	-	-	43.714 25.031	<u>-</u>	29.238 25.031	-	-	-
MHL Calçados Ltda. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<u>-</u> 1	:	9.397 1.570	11	14.601 14.331	18 159	-	-
Outras Telasul S.A. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	-	-	-	193 179	13	3.407 3.716	-	- -
Vulcabrás do Nordeste S.A. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<u>-</u>	-	92 194	<u>.</u>	555 1.090	-		- -
Indular Manufacturas S.A. Saldo 31/12/2010	-	-	-	-	181	-	168	136
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. Saldo 31/12/2011	-	-	1.061	-	1.380	-	278	352

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

18. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

a) Montantes dos saldos a receber e a pagar – Empresas relacionadas--Continuação

				Consol	idado			
		Salde	os		Transações			
	Saldos ativos por mútuo e conta corrente	Saldos passivos por mútuo e conta corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços		Receitas financeiras (variação cambial)
Outras								
Telasul S.A. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	-	-	-	193 179	13	3.407 3.716	:	- -
Vulcabrás do Nordeste S.A. Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	-	-	92 194	- -	555 1.090	<u>-</u>	-	-
Indular Manufacturas S.A. Saldo 31/12/2010	-	-	-	-	181	-	168	136
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. Saldo 31/12/2011	-	-	1.061		1.380	-	278	352

b) Natureza, termos e condições das transações - Empresas relacionadas

- As transações de vendas realizadas com nossas controladas Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos) e Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina) referem-se a vendas de calçados para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. As transações de vendas realizadas com a controlada MHL Calçados Ltda. e com as partes relacionadas Vulcabrás do Nordeste S.A. (sediada no Brasil), Indular Manufacturas S.A. (sediada na Argentina) e Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. (sediada na Argentina), referemse a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento para vendas ao exterior é de aproximadamente 180 dias e no mercado doméstico é de aproximadamente 60 dias, que são usualmente os prazos praticados com os demais clientes nestes mercados.
- Excepcionalmente para a Grendene Argentina S.A., as transações de vendas realizadas foram afetadas em 2011 pela nova política de importação daquele país ao qual comprometeram o processo de liberação das licenças de importação e, por conseguinte, o abastecimento do mercado local. Este fato fez com que houvesse a necessidade de renegociar prazos. O prazo médio aproximado de 180 dias passou em 2011 para 230 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

18. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

- b) <u>Natureza, termos e condições das transações Empresas relacionadas</u>--Continuação
 - As operações efetuadas com Telasul S.A. (sediada no Brasil) referem-se a compras de expositores utilizados para a divulgação dos produtos da Companhia e as transações realizadas com MHL Calçados Ltda. refere-se a compra de insumos para o processo produtivo. Os prazos médios de pagamento são de aproximadamente 30 dias, sendo similar aos prazos que praticamos com a maioria de nossos fornecedores.
 - A Grendene USA, Inc. comercializa calçados produzidos pela Companhia e atua como representante comercial para clientes com sede nos Estados Unidos. Sobre as vendas realizadas a clientes nos Estados Unidos com entrega direta pela Grendene, a Grendene USA, Inc é remunerada com base em comissão de 6%. O prazo médio de pagamento das comissões de vendas ao exterior é de aproximadamente 180 dias.

As Companhias Telasul S.A, Vulcabrás do Nordeste S.A., Indular Manufacturas S.A. e Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. são controladas por acionistas da Grendene S.A..

As Companhias Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Grendene Negócios S.A. e Verona Negócios e Participações S.A. são controladoras da Grendene S.A.. Não há outras transações, exceto dividendos pagos, entre a Companhia e suas controladas, nos exercícios de 31 de dezembro de 2011 e 2010.

c) Avais

A Companhia figurava como garantidora em alguns contratos de financiamentos firmados pela Vulcabrás do Nordeste S.A., a qual é controlada por acionista da Grendene S.A. Os contratos tiveram vencimentos entre 2005 e 2011, os quais foram liquidados, na sua totalidade em 10 de outubro de 2011.

d) Remuneração da Administração chave

As despesas com salários e encargos sociais, pagas as pessoas chaves estão demonstradas a seguir:

	Controla	Controlacióna				
	2011	2010				
Conselho da Administração	852	808				
Diretoria estatutária	3.080	2.874				
Conselho fiscal	159	-				
	4.091	3.682				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

18. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

d) Remuneração da Administração chave--Continuação

Como remuneração variável a Companhia possui um plano de opções de ações conforme transcrito na Nota 19, cujo saldo a pagar por meio de compra de ações em 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.615 (R\$1.148 em 2010).

A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

e) Outras partes relacionadas

A Companhia utiliza serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas de empresas pertencentes à parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2011 os valores gastos com estes serviços totalizaram R\$574 (R\$462 em 2010), que representou aproximadamente 0,05% das despesas gerais da Companhia. Não existem saldos pendentes a pagar em 31 de dezembro de 2011.

19. Plano de opções de ações

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou a despesa com remuneração por meio de opções de compras de ações, como custo com pessoal, com base no valor justo das operações na data da concessão das mesmas, no valor de R\$1.615 (R\$1.148 em 2010).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Opção de Ações", a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um Comitê especialmente criado para tanto.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (vesting) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

19. Plano de opções de ações--Continuação

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas outorgas de ações, conforme descrito a seguir: i) em 25 de abril de 2008, 2.039.901 ações (pós desdobramento), ii) em 05 de março de 2009, 900.000 ações (pós desdobramento), iii) em 04 de março de 2010, 700.000 ações, e iv) em 4 de fevereiro de 2011, 1.741.632 ações para Opção de Compra ou Subscrição de ações da Companhia aos diretores e gerentes exceto diretores controladores.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2009 aprovou o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, passando cada ação ordinária ser representada por 3 (três) ações pós desdobramento.

a) Resumo de outorga de ações para opção de compra ou subscrição de ações

A composição das opções concedidas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Valor Prêmio da Opção	Valor justo na data de concessão
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.899	0,31	7,61
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.798	0,31	7,61
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	0,31	7,61
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	0,42	4,68
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	0,42	4,68
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	0,42	4,68
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	2,28	12,36
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	2,28	12,36
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	2,28	12,36
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	1,20	12,00
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	1,20	12,00
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	1,20	12,00

	Quantidade de ações					
Ano da outorga	Saldo inicial em 2010	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final em 2011	
2008	1.288.876	-	(760.577)	(9.789)	518.510	
2009	658.175	-	(339.423)	(21.138)	297.614	
2010	693.112	-	-	(38.361)	654.751	
2011		1.741.632	-	(75.456)	1.666.176	
	2.640.163	1.741.632	(1.100.000)	(144.744)	3.137.051	

	Quantidade de ações					
Ano da	Saldo inicial				Saldo final	
outorga	em 2009	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	em 2010	
2008	1.826.901	-	(496.875)	(41.150)	1.288.876	
2009	900.000	-	(223.125)	(18.700)	658.175	
2010	-	700.000	-	(6.888)	693.112	
	2.726.901	700.000	(720.000)	(66.738)	2.640.163	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

19. Plano de opções de ações--Continuação

b) Resultado líquido da opção de compra de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisição ocorridas no exercício decorrente das operações com opções:

					Resu	ıltado
	Data da outorga / realização	Quantidade máxima de ações	Quantidade de ações ordinárias	Preço médio da ação	Ajustes do plano de ações	Resultado da venda de ações
O						açues
Opções de compra de ações emitidas	25/04/2008	2.039.901	496.875	7,29	(100)	-
(-) Exercício de opção de compra de ações	03/09/2009	-	(213.000)	8,26	-	-
(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(496.875)	6,31	-	-
Canceladas	29/03/2010	-	(41.150)	7,29	-	-
Canceladas	25/02/2011	-	(9.789)	7,29	(9)	-
(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(760.577)	6,64	-	(542)
Opções de compra de ações emitidas	05/03/2009	900.000	223.125	4,12	-	-
(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(223.125)	6,31	-	-
Canceladas	29/03/2010	-	(18.700)	4,12	-	-
Canceladas	25/02/2011	-	(8.620)	4,12	(3)	-
Canceladas	01/07/2011	-	(12.518)	4,12	(5)	-
(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(339.423)	6,64	-	(143)
Opções de compra de ações emitidas	04/03/2010	700.000	· -	9,16	-	`-'
Canceladas	29/07/2010	-	(6.888)	9,16	-	-
Canceladas	25/02/2011	-	(9.189)	9,16	(12)	-
Canceladas	01/07/2011	-	(29.172)	9,16	(46)	-
Opções de compra de ações emitidas	24/02/2011	1.741.632	` -	9,76	-	-
Canceladas	01/07/2011	-	(75.456)	9,76	(23)	-
Movimento das ações no patrimônio			, ,	,		-
líquido					(198)	(685)

c) <u>Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados</u>

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em	Outorga em	Outorga em	Outorga em
_	25/04/2008	05/03/2009	04/03/2010	24/02/2011
Total de opções de compra concedido	2.039.901	900.000	700.000	1.741.632
Preço de exercício	7,30	4,26	10,08	10,80
Volatilidade estimada	36,50%	36,50%	32,80%	27,60%
Dividendo esperado sobre as ações	6%	9%	4%	4%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	12,00%	9,25%	11,25%	12,50%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor prêmio da opção	0,31	0,42	2,28	1,20
Valor justo na data da concessão	7,61	4,68	12,36	12,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

19. Plano de opções de ações--Continuação

c) <u>Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados--Continuação</u>

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média históricas dos últimos 18 meses anteriores a data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções concedidas durante o período de serviço exigido pelo plano é reconhecido como despesa, em base linear, em contrapartida de Reserva de Capital.

A Companhia não está compromissada a recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

20. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Valor da cobertura	Vigência	Seguradora
Incêndios, vendaval e danos elétricos:			
			Bradesco Auto/RE
Edificações	114.563	31/12/2010 a 31/12/2011	Cia de Seguros
			Bradesco Auto/RE
Máquinas e equipamentos	261.760	31/12/2010 a 31/12/2011	Cia de Seguros
			Bradesco Auto/RE
Estoques	74.093	31/12/2010 a 31/12/2011	Cia de Seguros

Os seguros foram renovados em 21 de dezembro de 2011 e possuem cobertura igual a vigente no ano de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consc	olidado
	2011	2010	2011	2010
Despesas por função				
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(841.219)	(950.157)	(840.497)	(953.261)
Despesas com vendas	(379.046)	(362.420)	(396.096)	(377.010)
Despesas gerais e administrativas	(56.806)	(58.303)	(61.177)	(61.878)
Outras receitas operacionais	6.587	3.350	6.678	3.368
Outras despesas operacionais	(4.171)	(7.300)	(4.251)	(7.313)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.414)	2.718		
	(1.276.069)	(1.372.112)	(1.295.343)	(1.396.094)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(410.400)	(455.659)	(416.883)	(462.376)
Matéria prima	(352.082)	(417.364)	(355.937)	(422.646)
Material de uso e consumo	(48.263)	(47.305)	(49.212)	(47.986)
Fretes	(68.665)	(73.247)	(71.358)	(75.990)
Publicidade e propaganda	(134.303)	(124.278)	(138.690)	(127.109)
Licenciamento exploração direitos autorais	(48.804)	(54.596)	(48.804)	(54.596)
Comissões	(63.922)	(68.322)	(65.305)	(69.239)
Energia	(22.731)	(24.207)	(23.554)	(25.028)
Depreciação e amortização	(27.631)	(26.977)	(28.060)	(27.358)
Outras despesas	(99.268)	(80.157)	(97.540)	(83.766)
	(1.276.069)	(1.372.112)	(1.295.343)	(1.396.094)

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas	1.807.777	1.945.649	1.846.706	1.998.586
Devolução de vendas	(47.090)	(57.070)	(46.490)	(71.315)
Descontos financeiros	(93.620)	(95.102)	(110.361)	(110.508)
Impostos sobre a venda	(204.163)	(221.906)	(207.219)	(212.256)
	1.462.904	1.571.571	1.482.636	1.604.507

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

23. Informações por segmento

Em função de produzir unicamente calçados sintéticos, para fins contábeis e gerenciais, a companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos (masculino, feminino e infantil, de massa, etc.) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não correntes, estão assim representados:

	Controladora				Consolidado	
	2011		20	10	2011	2010
	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Receita bruta de vendas
Mercado interno Mercado externo	1.489.169 318.608	11.337 18.134	1.594.679 350.970	10.534 20.162	1.489.883 356.823	1.603.820 394.766
	1.807.777	29.471	1.945.649	30.696	1.846.706	1.998.586

Os ativos não correntes da Companhia referem-se aos investimentos de suas controladas: MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil), Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina) e Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos).

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior (a Grendene USA, Inc. e a Grendene Argentina S.A., nos Estados Unidos e na Argentina, respectivamente), e podem ser assim apresentadas:

	Consolidado		
	2011	2010	
Vendas brutas mercado externo a partir do:			
Brasil	289.638	323.675	
Estados Unidos	10.574	18.388	
Argentina	56.611	52.703	
-	356.823	394.766	

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas no mercado interno ou externo.

Os ativos não correntes no exterior representam menos de 0,5% dos ativos não correntes consolidados.